

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO FEU ROSA NO PERÍODO DESTINADO AO GRANDE EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 043, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. FEU ROSA (PP-ES.) – Sr. Presidente. Sras e Srs. Deputados, nada indica o arrefecimento da crise política que continua sacudindo o Governo e o Congresso Nacional, atirando mais lama nas instituições oficiais do País.

A CPMI dos Correios é o centro de toda a agitação. Quem viu, nas primeiras páginas dos jornais de hoje, o Deputado Osmar Serraglio nos braços de outros Deputados, comemorando a aprovação de seu relatório e pensa que acabou, que será foro da Polícia Federal ou do Judiciário o prosseguimento da CPMI, está muito enganado.

A cada dia surpreende o prosseguimento da CPMI. As acusações são deprimentes. Embora parte dos envolvidos apregoe ser inocente, a verdade é que eles foram pegos desprevenidos e com toda a boa-fé que pode ter o ser humano.

Como tudo isso irá terminar é ainda imprevisível. A própria Oposição tem poupado o Presidente Lula: evidencia o seu intuito de feri-lo, mas não de provocar a sua morte.

Na verdade, a Nação torce para que Lula se salve do maremoto, porque, do contrário, a tragédia seria ainda maior não somente para o País, como para o povo brasileiro e, acima de tudo, para a democracia.

Em março de 1964, ocorreu o terremoto provocado por João Goulart, deflagrando o enfrentamento entre as esquerdas revolucionárias e as elites conservadoras. Restou provado, muitos anos depois da ditadura militar, que nenhum outro regime representa verdadeiramente os anseios do povo como a democracia, aqui restabelecida pelas eleições diretas.

A democracia é a idéia mais próxima do que denominamos elaboração legislativa. E Governo democrático é aquele que se faz conceitualmente pelo povo e voltado para a satisfação das necessidades da população. Assim, o próprio povo deveria, de maneira direta, formular as leis, segundo as circunstâncias do momento e os valores que tenha como absolutos.

Com o desenvolvimento da sociedade e das instituições incumbidas de governá-las, compreende-se que o processo legislativo se tenha tornado mais complexo e, de certa forma, mais distante do cidadão comum. Assim, o cidadão deixa de ser agente para se limitar a ser objeto da legislação, mas isso não proíbe as pessoas de lutarem para fazer parte do sistema,

buscando reviver, no século XXI, a experiência da democracia direta praticada pelos gregos 5 séculos antes de Cristo.

Esse ideal inspirou a criação da Comissão Legislativa Participativa da Câmara dos Deputados. Entre seus campos temáticos, incluem-se sugestões de iniciativas legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe sindicais e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos.

Esses propósitos foram amplamente discutidos em 2003, no Seminário *Exercício de Cidadania junto ao Poder Legislativo*, cujo êxito ainda repercute publicamente.

Essa representação popular nunca é necessariamente explicada a Nação, deixando-se de repassar ao povo, ao eleitor, a verdadeira importância e responsabilidade que ele tem no perfeito funcionamento do regime democrático.

Registra a Constituição de 1946: *“Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”*. Esse princípio foi repetido na Carta Magna aprovada em 1988, segundo a qual o poder é exercido ou por meio de representantes eleitos ou diretamente pela vontade popular.

Em meio às crises por que constantemente passamos e que são repetições de outras ocorridas no passado, em momento algum a vontade do povo foi respeitada, senão quando o Presidente Fernando Collor foi cassado, impedido de governar por ter sido acusado da prática de corrupção e dos abusos que hoje estão se repetindo.

Somos vítimas da improbidade administrativa e do enriquecimento ilícito praticado por governantes e políticos que, ainda assim, não têm vergonha de dizer que representam o povo.

Há momentos em que se reconhece a necessidade de o povo, por intermédio de referendos ou plebiscitos, se manifestar sobre se aprova ou não alguma questão de relevância. Foi o que ocorreu quando o cidadão se decidiu, nas urnas, entre o parlamentarismo e o presidencialismo e quando foi chamado a opinar sobre a proibição do comércio de armas de fogo no País.

Como prega Bernardo de Souza, intelectual gaúcho, *“no Campo da Ciência Política, há duas formas de exercício direto da democracia. A humanidade não conseguiu inventar outra maneira: a Assembléia que delibera e não a que escolhe o representante, porque se assim fosse seria uma forma de democracia representativa, que pode ser legítima; e o plebiscito e o referendo, que é quando o povo decide através do voto”*.

Sr. Presidente, há imperiosa necessidade de se discutir o tema da reforma política por ser notório que

o povo brasileiro não está satisfeito com esse tipo de desacreditado de democracia que hoje vivemos.

Diz ainda Bernardo de Souza, em suas pregações renovadoras, que não podemos ter um cidadão de tempo integral, como um dia imaginou Rousseau ou até o próprio Marx, que só pensava em fazer política, ignorando que as pessoas têm outras ocupações legítimas na sua vida pessoal e profissional.

Só há plebiscito quando a Constituição o prevê. Não é possível emancipação sem plebiscito? Então, temos de realizá-lo.

A Constituição abriu primordial possibilidade quando reconheceu que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes.

A nossa democracia, neste momento de crise, está gravemente enferma, está na UTI, em estado de coma institucional. O melhor remédio não seria, então, consultar a opinião do povo a respeito das modificações a serem feitas no processo democrático e que deverão ser seguidas pelos chamados representantes da população com dignidade e respeito aos postulados sagrados defendidos e exigidos pelos cidadãos, pela sociedade e pela Pátria?

Não seria essa a exigência primordial na discussão da proposta de reforma política em debate?

O País não se mostra satisfeito com o desempenho do atual regime democrático, cuja prática deixa brechas para engodos, fraudes administrativas e conchavos políticos, como os que estão sendo tornados públicos, os que estão sendo investigados pela CPML dos Correios e outros ainda mais graves e vergonhosos objetos de tantas outras Comissões de Inquérito.

É impossível fechar os olhos e os ouvidos diante desses descabros, Sr. Presidente! A solução honesta e objetiva seria consultar o povo brasileiro e estudar com a sociedade as necessárias correções e mudanças estruturais na nossa democracia.

O bom senso indica ser urgente a medida. Os anônimos assessores e consultores desta Casa e do Senado Federal estão prontos para, mobilizados, nos ajudar a alcançar esse grande objetivo.

Vamos, pois, colocar isso em prática, antes que seja tarde demais. Vamos pedir ajuda aos cidadãos e ao País. Não podemos perder mais tempo. É necessário agir urgentemente na elaboração e condução desse processo de mudanças que pode fazer a diferença ansiada pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, estamos enveredando por caminhos até curiosos.

Em artigo que publicou no jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda asseverou com muita ênfase: "O Brasil é como uma rã enlouquecida e imantada no olho hipnótico da serpente".

Estamos novamente caminhando para isso. Estamos como um país louco, ensandecido, enlouquecido. Esta é a Pátria da patacoada.

Sras. e Srs. Deputados, o que estamos vendo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na imprensa são verdadeiras patacoadas, um jubileu de pechisbeque – o ouro falso é colocado como verdadeiro e o verdadeiro como falso. Pátria da patacoada, jubileu de pechisbeque, meus amigos Deputados Wagner Lago, Sebastião Madeira, Armando Abílio!

É uma tristeza para o Maranhão, para a Paraíba e para outros Estados, aqui representados com tanta ênfase, assistir diuturnamente a patacoadas e a verdadeiras loucuras nesta Casa.

Não sei como é possível termos coragem de participar do que está sendo representado neste Congresso Nacional e traduzido na mídia com tanta intensidade. É impressionante!

Vamos agora caracterizar algo que tivemos a ousadia de expor em uma sessão deliberativa.

O País continua inconformado com o adiamento na vigência das mudanças nas regras eleitorais que visam reduzir os custos astronômicos das campanhas e, entre outros fatores, acabar com o chamado caixa 2, responsável pelos abusos que culminaram nos escândalos que têm causado a cassação e/ou a renúncia de Parlamentares.

Nobres colegas Deputados, quais as causas de todos esses problemas que envolvem colegas nossos acusados, indiciados ou colocados publicamente de maneira tão indecorosa? Quase tudo se relaciona com o tal caixa 2 advindo da eleição de 2004. Vejam o caso do Deputado João Paulo Cunha, ontem absolvido, cuja causa foi a eleição municipal; vejam os casos do Professor Luizinho, do Deputado Wanderval Santos, daqueles que renunciaram aos seus mandatos e de tantos outros que estamos dolorosamente a testemunhar aqui: todos tiveram origem na eleição municipal.

A discussão da reforma política deveria ter prioridade no Congresso Nacional, e é lamentável que armações e manobras de grupos retrógrados e desonestos tenham mais uma vez imposto um adiamento injustificável. É o jubileu de pechisbeque de que falava Carlos Lacerda. O que aparece na mídia como grande defensor dos direitos do povo é o ouro falso, é sepulcro caiado. Mas, pouco a pouco, o povo está compreendendo o que são essas pessoas no vídeo mais amplo e mais ostensivo das televisões.

O prazo constitucional para as reformas serem aprovadas há muito se esgotou, mas persistiu o desentendimento sobre o que os políticos chamam de "abrir a porteira": a aprovação de emenda constitucional relaxando, apenas para este ano, a exigência do

art. 16 da Constituição Federal, que institui que toda mudança será votada com um ano de antecedência do pleito.

Nobres colegas, Sr. Presidente, há menos de 15 dias, testemunhamos o Plenário da Câmara dos Deputados deliberar, com pronunciamentos e votos contra e a favor, sobre substitutivo do Deputado Moreira Franco relativo à proposta de reforma política. Ora, isso não pode ser sério, é a patacoada de que Carlos Lacerda falava.

Diz o art. 16 da Constituição Federal em vigor:

“Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência”.

Então, temos de compreender que milhares de pessoas não sabem ler e que as elites mandam no País. Pátria da patacoada, como dizia Carlos Lacerda.

O prazo constitucional deveria ser cumprido, mas há muito se esgotou.

Para muitos políticos, abrir a porteira constitui grande perigo. O art. 16 da Constituição Federal que acabei de ler é uma barreira eficiente contra a adoção de casuísmos, mudanças de regras com o jogo em curso.

Sras. e Srs. Deputados, não foi por acaso que os Constituintes de 1988 colocaram essa regra. Na verdade, é uma maneira de os Deputados e Senadores terem um mínimo de juízo e de consciência jurídica e política. Mas não é o mínimo, não, é o *minimum minimum*, o mínimo dos mínimos. Mas não existe isso. Pátria das patacoadas.

A Oposição mostrou-se contra a emenda que abre a porteira, embora sejam de 2 opositoristas as propostas nesse sentido.

A preocupação dominante diz respeito aos custos e financiamentos de campanhas, ficando claro que alguns partidos políticos querem aprovar mesmo é a redução da cláusula de barreira de 5% para 2%. Alguns Líderes não concordam, alegam que estariam aprovando uma reforma para acabar com a única inovação positiva prevista para 2006. Há meses os pequenos partidos buscam reduzir essa cláusula, que consideram excessiva e limitadora da liberdade partidária. Partidos que não obtiverem 5% dos votos totais do pleito e 2% distribuídos em pelo menos 9 Estados perderão regalias funcionais na Câmara dos Deputados – tão violentamente disputadas como sabemos, pois somos testemunhas oculares -, acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão, importantes instrumentos para a sobrevivência das agremiações partidárias.

Visando reduzir o quadro partidário, a cláusula mira a governabilidade. Com menos e mais fortes partidos, será mais fácil construir maiorias para governar, negociar projetos e conteúdos, e não favores.

Sr. Presidente, 7 Líderes assinaram o documento para que a Constituição fosse modificada, e – reparem bem – não se trata de reforma política. V.Exa., Deputado Natan Donadon, sabe muito bem como lutamos pela coincidência de mandatos.

Qual é o custo da não-coincidência de mandatos? Além de todas essas loucuras que acabamos de mencionar e que estamos acompanhando nos últimos 6 meses por intermédio da imprensa, ainda existe outra. Primeiro, o custo de uma eleição bianual é de R\$10 bilhões, ou US\$4 bilhões. Esses recursos saem direto do Erário. Diretamente. Há, ainda, outros custos, fora os gastos individuais de cada campanha eleitoral e os custos partidários.

Todos sabem como foi difícil para o PSDB – importante partido, escolher o seu pré-candidato à Presidência da República. O que estava por trás da escolha de Alckmin e da disputa dele com o ex-Prefeito Serra? É um mistério. Mas os analistas políticos sabem, e também sabemos nós, que somos bons leitores.

Não foi somente em São Paulo que se deu aquela disputa, não! Lá, resolveu-se pela saída de um Prefeito eficiente para disputar o Governo do Estado, por questões políticas – eu não diria nem tanto políticas, pois mais eleitorais que políticas. Ouvimos falar nisso, porque, excetuada a União, São Paulo e sua Capital são os mais importantes orçamentos do Brasil e têm grande influência não apenas no País, mas no mundo. São Paulo é uma cidade cosmopolita, e o Estado de São Paulo praticamente representa a metade do PIB nacional.

Esse tipo de disputa ocorreu em todos os Municípios do Brasil, quer seja individualmente, quer seja em consórcio de lideranças políticas. Imaginem V.Exas. os custos de tais decisões e suas repercussões na sociedade.

Meus amigos, quanto ao exemplo de São Paulo, calculem o prejuízo gerado na esfera administrativa, quer no Estado, quer no Município. Observem que, em todos os aspectos gerenciais, houve má decisão, com efeitos administrativos negativos e enormes prejuízos para sociedade.

Se consultarmos a realidade de processo político dessa natureza, que visa eleições, observaremos um prejuízo extraordinário de que a Nação passa a ser vítima. Tudo isso está muito além dos R\$10 bilhões de que falamos, montante previsto nos Orçamentos federal, estaduais e municipais.

Na opinião da jornalista Tereza Cruvinel, estudiosa desses complexos debates políticos e eleitorais, o Congresso Nacional poderia aprovar outras mudanças nas regras eleitorais para o próximo pleito sem mexer na cláusula. Bastaria mencionar na emenda da abertura da porteira os pontos que seriam alterados fora do prazo, deixando a cláusula preservada.

A democracia brasileira tem sido muito criticada devido às facilidades existentes para fundação de pequenos partidos, beneficiados com privilégios como acesso ao Fundo Partidário e a tempo de rádio e televisão, além da venda de legenda para candidatos sem nenhuma expressão eleitoral, o que não ocorre em países mais evoluídos, e a possibilidade de troca de partido, o que já critiquei veementemente em outro pronunciamento.

As reformas políticas são necessárias até para a preservação do regime democrático, garantidor das nossas liberdades e dos nossos ideais de igualdade e justiça social.

Ouçõ, com prazer, o Deputado Wagner Lago.

O Sr. Wagner Lago – Deputado Feu Rosa, meus cumprimentos a V.Exa. pelo balanço das causas das turbulências políticas que estamos atravessando. Este tem sido um mandato difícil. Nosso dever precipuo nesta Casa deveria ser, no plano político-partidário, o de aperfeiçoar as instituições, as práticas e as agremiações políticas, mas não temos conseguido cumpri-lo. V.Exa. tem razão: perdemos tempo com o substitutivo do Deputado Moreira Franco, quando sabíamos de antemão que o preceito constitucional inserido no art. 16 não permite alteração da legislação eleitoral em ano de eleições. Portanto, V.Exa. traz à discussão também a frustração do Parlamentar que não viu o avanço democrático ocorrer. E essa decepção pode ser estendida à maioria do Parlamento, que não viu melhoria nas eleições ou avanço na qualidade da representação popular. Qualquer alteração que possa ou deva ser feita só poderá ocorrer um ano antes da eleição – fui Constituinte e sei das razões para que isso fosse inscrito na Carta. Portanto, se tivermos outro mandato, será nossa obrigação fortalecer a tese de uma reforma profunda, mas profunda mesmo, na qual enfatizemos não só as alterações partidas de nós outros, representantes do povo, mas também o plebiscito e o referendo, instrumentos que robustecem a democracia. Parabéns, nobre Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA – Muito obrigado, nobre Deputado Wagner Lago.

Ouçõ, com prazer, o ilustre amigo, Deputado Armando Abílio.

O Sr. Armando Abílio – Deputado Feu Rosa, fiquei exatamente 3 anos e 3 meses afastado desta

Casa, período em que senti muitas saudades dos pronunciamentos de V.Exa. Graças a Deus, logo no reinício de minhas atividades, tenho a oportunidade de ouvi-lo centrar sua preocupação e frustração no que diz respeito ao processo político. A propósito, ontem, participei de momento de intranqüilidade, agitação e até de frustração quanto ao desempenho desta Casa. Então, ficam registrados, como sempre, meu apoio, minha solidariedade e minha admiração ao seu pronunciamento e à proposta apresentada hoje ao Plenário desta Casa. Parabéns, Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA – Muito obrigado, Deputado Armando Abílio.

Sr. Presidente, gostaria de, no estilo dos meus grandes colegas, um do Maranhão e outro da Paraíba, repetir o seguinte: Lacerda, nos idos de 1956, disse que o Brasil se parecia com uma rã enlouquecida e imantada no olho hipnótico da serpente, falou de jubileu de pechisbeque e de pátria da patacoada. Nesse mesmo artigo, Lacerda se refere ao Brasil como “*mãe dolorosa de filhos piolhentos*” – e isso foi escrito década de 50.

Sr. Presidente, como fazer eleição de 2 em 2 anos, acabando com nossa democracia e gastando R\$10 bilhões?

Ora, milhares de pessoas morrem de fome neste País, que não tem habitação, segurança (a violência avança a galope), estradas, serviços sociais adequados e saneamento básico para milhões de habitantes. Mas, não tem problema. Vamos divertir o povo e, de 2 em 2 anos, jogar no buraco R\$10 bilhões. É algo digno de uma elite ensandecida no olho hipnótico da serpente. Estamos acabando com nossa democracia, destruindo o bem maior, depois de longos períodos de ditaduras e golpes – nem diria de autoritarismos – que começaram com a República e acabaram em 1985.

É importante que Deputados e Senadores assumam suas posições. Não é possível afundarmos este País. Se esse mínimo, claro como a luz solar, não se consegue compreender, como andam as Administrações federal, estaduais e municipais que não estão sendo observadas, que não estão sendo foco de CPIs? Lembro o caso das estatais no Brasil: se a Vale do Rio Doce não tivesse sido privatizada, suas ações não estariam custando R\$97,00 ou R\$100,00, mas jogadas no lamaçal das 21 empresas estatais investigadas nessa loucura das CPIs que a todos envergonha.

Espero fervorosamente que a idéia de pôr fim a essa prática injusta, ridícula e abominável de eleições de 2 em 2 anos, que nos leva a acabar literalmente com nossa democracia, que até hoje não tem traduzido para o povo as benesses do voto direto, entre na cabeça de Governadores, Senadores e Deputado.

Não será a solução para todos os problemas, mas, definitivamente, o início para o bom encaminhamento de muitos deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO FEU ROSA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 057, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. FEU ROSA (PP-ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, desde que assumi meu mandato nesta Casa, há 11 anos e poucos meses, tenho a alegria de falar que a melhor notícia que já apareceu nos jornais brasileiros saiu exatamente hoje. Estou lendo O Globo, do Rio de Janeiro, mas certamente todos os grandes jornais do Brasil e mesmo os não tão grandes divulgaram a mesma notícia: Cai o número de crianças desnutridas no semi-árido.

Na condição de Coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Desnutrição Infantil, participamos de programas de leite e do Comunidade Solidária e agora somos Relator do Projeto da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lemos essa notícia com grande alegria. É bom que se diga que os magnos problemas nacionais – e estamos observando, com muita atenção, esse festival de burrice por que está passando o Brasil de hoje, em todos os Poderes e em todos os níveis – só serão resolvidos a partir da queda, a praticamente zero, da desnutrição infantil.

Não é possível outra coisa. O país que não tem competência para acabar com a desnutrição infantil não tem competência para absolutamente nada. Churchill já dizia que o melhor negócio de qualquer governo, qualquer que seja o seu nível, de qualquer instituição, é colocar leite na boca das crianças. Sem essa mínima competência, como acreditar em solução dos magnos problemas nacionais?

Sr. Presidente, depois de 10 anos de pesquisa patrocinada por vários órgãos institucionais, nacionais e internacionais, de responsabilidade, verifica-se que os números da fome das crianças de zero a 5 anos estão baixando.

Viva o Brasil! Há muitos anos não falo sobre atitudes dessa natureza na tribuna da Câmara dos Deputados. Repito: a melhor notícia desde a minha posse como representante do meu Estado nesta Casa, há 11 anos, é esta: *Cai o número de crianças desnutridas no semi-árido*. Agora, é preciso que caiam os índices nas periferias das grandes cidades. Aguardamos com ansiedade novas notícias sobre peso, constituição física

e massa cinzenta das nossas desprotegidas crianças, que merecem o respeito desta Nação e que normalmente não têm sido tratadas como deveriam ser.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caiu o número de crianças desnutridas no Brasil! Isso significa que as futuras gerações nas câmaras federais, estaduais ou municipais serão melhores do que esta, que a qualidade dos Paramentos será melhor do que esta e que a qualidade da sociedade brasileira será incomparavelmente melhor do que a que estamos vivenciando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 065, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2006 – RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. ORLANDO FANTAZZINI (PSOL-SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente, convido as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados favoráveis à adoção do voto aberto a participarem, hoje, às 14h, no Plenário 4, do ato de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto nesta Casa.

E aproveito a oportunidade para comunicar que divulgaremos amanhã o *ranking* da campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, realizada com base nas denúncias elaboradas por um conjunto de cidadãos sobre os piores programas de televisão do País.

Ainda com a complacência de V.Exa., Sr. Presidente, desejo manifestar-me sobre o evento ocorrido entre a Bolívia e o Brasil. Entendo que o Presidente Evo Morales não está enganando o povo boliviano. Durante a sua campanha eleitoral, comprometeu-se com a nacionalização das reservas naturais de gás e do petróleo do país, e assim fez.

Se, no entanto, a imprensa ou aqueles que detêm o controle da mídia no Brasil têm concepção neoliberal e não conseguem compreender o que é soberania, mas apenas o que é subserviência aos interesses do capital, é óbvio que encontraremos textos em que se afirmará que Evo Morales roubou ou está roubando, que é louco. Ao contrário: Evo Morales, Presidente boliviano eleito pelo voto popular, cumpre seus compromissos de campanha.

Embora a PETROBRAS esteja nesta situação, não lhe faltou aviso. O Presidente Evo Morales se pronunciou a respeito da intenção na campanha eleitoral e logo após ser empossado. Acredito que houve titubeio por parte do Governo brasileiro, que deveria